



O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7520 | Salvador, quarta-feira, 29.08.2018

Presidente em exercício Euclides Fagundes



CAMPANHA SALARIAL

Cenário dificulta as negociações das categorias

Página 2

Terceirização sem limites volta à pauta do STF hoje

Página 4

Agora é tomar uma atitude

A campanha salarial atinge uma fase decisiva. Depois de muita mobilização, protestos, encontros, congressos, reuniões e assembleias, a pressão funcionou e os bancos apresentaram uma proposta que inclui reajuste de 5%, aumento real de 1,18%, além da garantia da CCT. Agora é a categoria que decide se aceita, em assembleia que acontece às 18h de hoje, no Ginásio de Esporte. Página 3

MANOEL PORTO



Propostas apresentadas pelos bancos contemplam a garantia dos direitos da CCT, que estavam seriamente ameaçados após o fim da ultratividade



Cenário ruim para acordo

Conjuntura adversa complica bem mais as negociações

VINICIUS LINS - COLABORADOR
imprensa@bancariosbahia.org.br

É CONSENSO que o cenário para as negociações coletivas de 2018 não é dos mais favoráveis para os trabalhadores. Números da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) mostram que está mais difícil concluir a negociação este ano. A quantidade de negociações fechadas caiu 39,6% no primeiro semestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano passado.

Além da crise pela qual passa o país, que se expressa cabalmente nos mais de 13 milhões de brasileiros e brasileiros desempregados e no número recorde de desalantados (pessoas que já desistiram de procurar emprego), tem-se ainda a vigência da reforma trabalhista.

Uma das alterações mais perversas que essa reforma trouxe foi o fim da ultratividade, meca-

nismo pelo qual estava garantida a continuidade das conquistas logradas pelo sindicato em negociação coletiva anterior até o estabelecimento de um novo acordo. Ou seja, o que é pactuado doravante vale apenas durante a vigência do acordo ou convenção, trazendo vulnerabilidade e riscos de retrocesso aos trabalhadores e trabalhadoras. A importância do tempo para fechar a negociação passa a ser ainda mais crucial.

Assim, por causa da reforma, de agora em diante cada negociação envolve desafio maior para manter o que já havia sido conquistado anteriormente. Isso, por sua vez, reduz o poder de barganha dos sindicatos e coloca a possibilidade de avanços em um patamar muito maior de dificuldade. Não sem razão, de acordo com a FIPE, no primeiro semestre de 2018 o reajuste médio nominal (reajuste cheio, sem descontar a inflação) foi de 2,80%. Em termos reais (descontada a inflação), o reajuste mediano foi de 0,89%, sendo que na Bahia essa cifra chegou a apenas 0,31%.



Em negociação, BNB garante a realização de novo concurso público

BNB avança na proposta

ENFIM, o Banco do Nordeste apresentou proposta garantindo todos os direitos conquistados no acordo coletivo e alguns avanços. A instituição também vai seguir o que foi oferecido pela Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) referente ao reajuste salarial, benefícios e piso. O Comando Nacional orienta a aprovação da proposta.

O BNB confirmou que vai realizar o concurso público neste ano para os níveis médio e superior (tecnologia da informação).

Em relação à PLR (Participação nos Lucros e Resultados), a

instituição seguirá o módulo da Fenaban. Fica garantido também o percentual de 3% linear a título de PLR Social. O limite dos valores será 25% do destinado à distribuição dos dividendos do exercício. Sobre o adiantamento da PLR, será antecipado 50% do valor em 20 de setembro.

Outro avanço foi o aumento de 22,79% no valor das diárias a serviço. Em relação às férias, o funcionário poderá escolher o fracionamento em até três períodos e os com idade superior a 50 anos será permitido o parcelamento e a antecipação das férias.



TÁ NA REDE



Assembleia decisiva esta noite

A decisão está nas mãos dos bancários. reunião começa 18h

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

HOJE, todos os caminhos levam os bancários da base do Sindicato da Bahia à assembleia, que acontece no Ginásio de Esporte, na ladeira dos Aflitos, às 18h. A categoria vota as propostas feitas pela Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), Banco do Brasil, BNB e Caixa.

Na primeira campanha salarial após a aprovação da reforma trabalhista, os bancários demonstraram força, tanto na mesa de negociação quanto nas mobilizações nas agências e nas ruas.



Presença do Sindicato nas agências reforça a mobilização da categoria

O esforço resultou em conquistas, sobretudo diante da conjuntura desfavorável para os trabalhadores. Por isso, o Comando Nacional dos Bancários orienta a aprovação das propostas.

Depois de 10 exaustivas ro-

dadas, a Fenaban propôs reajuste salarial de 5%, com aumento real de 1,18%, índice maior do que a média dos acordos coletivos fechados no primeiro semestre (0,94%).

A proposta prevê acordo com

validade de dois anos, com manutenção dos direitos, além da reposição da inflação mais 1% de aumento real para salários e demais verbas.

Na Caixa, a proposta contempla a manutenção do Saúde Caixa nos moldes atuais para ativos e aposentados, PLR Social, além de vedar o descomissionamento de gestante.

O Banco do Brasil avançou sobre o intervalo de almoço, horas extras, modelo de PLR, mesas temáticas, avaliações no programa GDP. No BNB, houve a garantia do acordo, realização de novo concurso, ampliação facultativa do prazo para pagamento retroativo da Camed, além do aumento do adiantamento emergencial para afastados por licença-saúde.

Antecipação da PLR pode sair em 20 de setembro

CASO a proposta apresentada pela Fenaban seja aprovada pelos bancários hoje, o reajuste da PLR, como os salários e demais verbas, será de 5%, com ganho real de 1,18% nos valores fixos da regra. A assembleia convocada pelo Sindicato da Bahia será às 18h, no Ginásio de Esporte, na ladeira dos Aflitos.

A antecipação da PLR será creditada até o dia 20 de setembro, como acordado na mesa de negociação com os bancos. A parcela

fixa da regra básica do benefício passa a ser R\$ 2.355,76 (montante somado a 90% do salário base) com o reajuste. O teto da parcela adicional (distribuição linear de 2,2% do lucro líquido do banco) ficará em R\$ 4.711,52.

Os bancários recebem 60% da regra básica na antecipação. Quer dizer, 54% do salário + R\$ 1.413,46, e a parcela adicional: distribuição linear de 2,2% do lucro líquido do semestre, com teto de R\$ 2.355,76.



Cassi, desmonte do BB e campanha salarial são debatidos em reuniões

Sindicato no BB Comércio

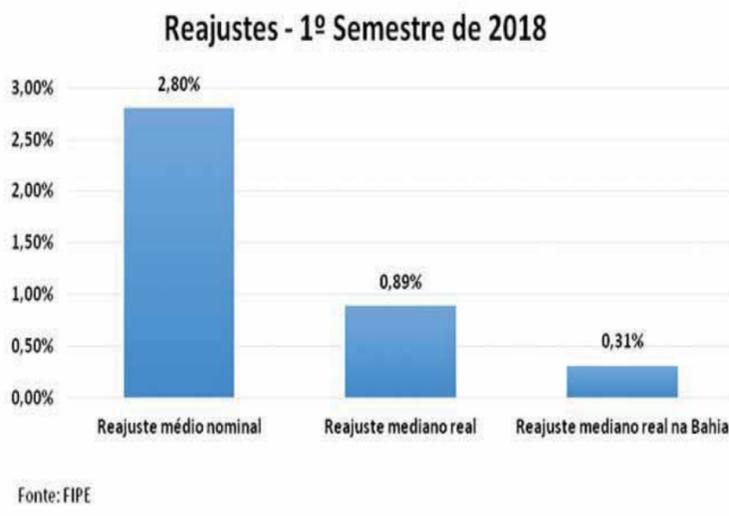
OS DEBATES nas agências bancárias continuam intensos na Bahia. Ontem, os diretores do Sindicato realizaram reuniões em todas as unidades do Banco do Brasil, no Comércio.

As negociações da campanha salarial ocorridas no fim de semana e a assembleia de hoje estiveram em pauta. É fundamental que os funcionários do BB participem das discussões, que acontecem no Ginásio de Esportes, a partir das 18h.

As resoluções da CGPAR também dominaram os deba-

tes. A determinação quebra os princípios de solidariedade e ameaça a sustentabilidade dos planos de saúde de autogestão, como é o caso da Cassi.

A reunião ainda contou com explanação sobre o desmonte do BB, imposto pelo governo na tentativa de abrir caminho para a privatização. A política de austeridade, que conta com o apoio do Congresso Nacional mais conservador da história do país, ainda eleva o desemprego e o custo de vida. Somente as urnas podem mudar o cenário ruim.



Ato no STF contra a terceirização

CTB faz vigília hoje contra liberação irrestrita da prática

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br



Já foram realizadas três sessões do julgamento e o placar está 4 a 3, favorecendo os interesses do grande capital

OS TRABALHADORES correm um grande risco no Supremo Tribunal Federal. Hoje, os ministros da Corte Suprema retomam a votação sobre a terceirização irrestrita. No mesmo dia, a CTB (Central dos Trabalha-

dores e Trabalhadoras do Brasil) realiza uma vigília, a partir das 14h, em frente ao STF.

Dois processos sobre o assunto estão em análise e até agora o placar está em 4 a 3 pela liberação da terceirização, mais uma medida que prejudica os trabalhadores brasileiros.

Suprema Corte sobre a Súmula que permite aos tribunais votar contra terceirização da atividade-fim, mesmo após a reforma trabalhista.

O presidente nacional da CTB, Adilson Araújo, destaca que os ministros que votam pela liberação da terceirização irrestrita não se baseiam no respeito à Constituição federal, mas somente aos interesses de classe. A relação que está sendo construída é de capital contra o trabalho.

O julgamento trata sobre a constitucionalidade da Súmula 331 do TST, que só permite terceirização das “atividades-meio” e proíbe que empresas terceirizem serviços relacionados à atividade principal. Atualmente, cerca de 4 mil processos aguardam a decisão da

Informalidade não assegura proteção social. Retrocesso

AS NOVAS configurações da exploração do trabalho segundo o dossiê *Informalidade: Realidade e Possibilidade* trouxe à tona o avanço da informalidade nas relações trabalhistas, classificadas como processos de “uberização”, aquele que atende o mercado sem nenhuma garantia social.

No último trimestre de 2016, segundo o Ipea, 45% da força de trabalho ativa, cerca de 90 milhões de pessoas, estariam na informalidade e longe de serem empreendedores bem sucedidos com o governo Temer.

De acordo com o dossiê, a maioria dos trabalhadores informais é de empregados domésticos, camelôs, *motoboy*s, entre outras atividades com baixíssima remuneração. Uma válvula de escape por conta da crise econômica que atinge os brasileiros, sobretu-



Brasileiros recorrem à informalidade

do de baixa renda.

O discurso de empreendedorismo de Michel Temer, fortalecido com a reforma trabalhista, é apenas um disfarce para a falta de proteção social e seguridade. Pagos apenas pelo serviço e não pela colaboração essencial nas empresas. Absurdo atrás de absurdo.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

GENIAL Muito bom, excelente, o artigo do cantor e compositor Neggo Tom, no Brasil247, sob o título *O negão de Bolsonaro*. Ele cita o caso do sub-tenente do Exército Hélio Negão, candidato a deputado pelo Rio de Janeiro, que eleitoralmente adotou o nome de Hélio Bolsonaro. Em um texto bem irônico, o redator diz que o presidenciável do PSL tenta convencer a opinião pública de que não é racista nem homofóbico. “A idéia, de tão burra, chega a ser genial”.

MANOBRA Somente mais de quatro meses depois, o relator do STF na Lava Jato, Edson Fachin, liberou, para apreciação do plenário, o recurso da defesa de Lula ao *habeas corpus* negado antes de o ex-presidente ser preso. Um absurdo. Quando é para acusar e condenar, o Judiciário é rapidíssimo, acelerado. Mas, para assegurar um julgamento justo, imparcial, a Justiça se arrasta. É uma perseguição escancarada.

SÉRIO? Na época do *impeachment*, que consolidou o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, a então presidente do STF, Cármen Lúcia, dizia que o Judiciário precisava ouvir a vontade das ruas. Agora, o ministro Luís Roberto Barroso, relator no TSE da confirmação da candidatura de Lula, líder disparado em todas as pesquisas, alega que a Justiça não pode ser influenciada pela vontade popular. É conforme a conveniência.

NOTÓRIO Quem afirma é a jornalista Mônica Bergamo, da Folha de São Paulo, jornal que dá sustentação ao golpismo neoliberal. Ela diz que a missão da OEA (Organização dos Estados Americanos) encarregada de acompanhar as eleições no Brasil lhe confessou que a percepção em todo o mundo é de que Lula é vítima de perseguição política. A posição da ONU em defesa dos direitos do ex-presidente não deixa dúvida.

PESADELO Entre diversos outros males causados ao povo, o golpismo neoliberal transformou em pesadelo o sonho da casa própria de milhares de brasileiros. Somente no primeiro semestre deste ano, os bancos, cujos lucros não param de crescer, tomaram mais de R\$ 1,48 bilhão em casas e apartamentos de famílias que não puderam pagar as prestações por causa da crise econômica. É a “ponte para o futuro” que Temer e Alckmin prometeram.